



**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**
Brasil

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020

ORDEM E PROGRESSO

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no
Brasil**

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Militância política e teórico-científica da educação no Brasil

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M644 Militância política e teórico-científica da educação no Brasil / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Airã de Lima Bomfim. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-501-3

DOI 10.22533/at.ed.013202610

1. Educação. 2. Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Bomfim, Airã de Lima (Organizador). III. Título.

CDD 370.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do Novo Coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

O contexto pandêmico tem alimentado uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia tem escancarado o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste Volume 01 de “***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***”, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente.

Este livro, ***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***, reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados brasileiros e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse Volume 01 são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GESTÃO ESCOLAR E A COVID-19: DINÂMICAS DE TRABALHO E DESAFIOS PROFISSIONAIS DURANTE A PANDEMIA DE 2020	
Giliard Sousa Ribeiro Maria Carolina de Andrade José	
DOI 10.22533/at.ed.0132026101	
CAPÍTULO 2	14
A RELEVÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO	
Aline Michelle Dib	
DOI 10.22533/at.ed.0132026102	
CAPÍTULO 3	27
INCLUSÃO ESCOLAR – UM DESAFIO POSSÍVEL	
Emera Maria Pinto de Moraes Almeida Benedita Debora Pinto de Moraes Costa Maria Aparecida Moraes Costa	
DOI 10.22533/at.ed.0132026103	
CAPÍTULO 4	32
VOZES DO PODER: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DA NARRATIVA MÍTICA “CALÇA MOLHADA” DO MOLA, EM CAMETÁ-PARÁ	
Mix de Leão Moia Francisco Wagner Urbano José Luiz de Moraes Franco Zaline do Carmo dos Santos Wanzeler	
DOI 10.22533/at.ed.0132026104	
CAPÍTULO 5	41
PERSPECTIVA EDUCACIONAL CTS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO HUMANÍSTICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Sueli da Silva Costa Guilherme Uilson de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.0132026105	
CAPÍTULO 6	53
DESAFIO CONTEMPORÂNEO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES INTERCULTURAL NA AMAZÔNIA COMO DIREITO A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA	
Simone Rodrigues Batista Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0132026106	
CAPÍTULO 7	65
A INVISIBILIDADE DA PRESENÇA INDÍGENA NO IEAA/UFAM	
Eulina Maria Leite Nogueira	

Luciane Rocha Paes
Kellyane Lisboa Ramos
Tarcísio Luiz Leão e Souza
DOI 10.22533/at.ed.0132026107

CAPÍTULO 8..... 79

A INDÚSTRIA COMO ESPAÇO EDUCATIVO NA DISCUSSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Ana Paula Speck Feijó
Fabiani Figueiredo Caseira
Joanalira Corpes Magalhães
Paula Regina Costa Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.0132026108

CAPÍTULO 9..... 88

O ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Nara Hilda Batista Rocha
Adriana Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.0132026109

CAPÍTULO 10..... 101

FORMAÇÃO CONTINUADA COMO SUPORTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO DOCUMENTO REFERÊNCIA CURRICULAR PARA MATO GROSSO EDUCAÇÃO INFANTIL

Andreia Cristina Pontarolo Lidoino
Alexandre Gomes Daniel
Nilcéia Frausino da Silva Pinto
Priscila Dayane Rezende Gobetti

DOI 10.22533/at.ed.01320261010

CAPÍTULO 11..... 115

ENTRELAÇAR ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nilvania de Jesus Santos
Alexandre Américo Almassy Junior

DOI 10.22533/at.ed.01320261011

CAPÍTULO 12..... 125

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATUAM EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Edineide Rodrigues dos Santos
Elizete Guedelha de Lima
Rizia Maria Gomes Furtado

DOI 10.22533/at.ed.01320261012

CAPÍTULO 13.....	136
CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: DIÁLOGOS ENTRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A REALIDADE DE UMA ESCOLA DO/NO CAMPO	
Fabiana Muniz Mello Félix Roseli Ferreira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.01320261013	
CAPÍTULO 14.....	148
A PRÁTICA PROFISSIONAL INTEGRADA APROXIMANDO SABERES SOBRE SEGURANÇA NO TRABALHO, ESPORTE E CONSTRUÇÃO CIVIL	
Antônio Azambuja Miragem Roberto Preussler Valter Antônio Senger	
DOI 10.22533/at.ed.01320261014	
CAPÍTULO 15.....	154
A TUTORIA NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES E ALUNOS DO CURSO DE MEDICINA DA UNIUBE: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
Letícia Machado Dumont Izadora Cruz Andrade Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.01320261015	
CAPÍTULO 16.....	164
A FELICIDADE DE SER PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AMOR OU OPÇÃO	
Enilda Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01320261016	
CAPÍTULO 17.....	172
GESTÃO ESCOLAR NA ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: POR UM OLHAR INCLUSIVO A CRIANÇA	
Rosana Clarice Coelho Wenderlich Caique Fernando da Silva Fistarol	
DOI 10.22533/at.ed.01320261017	
CAPÍTULO 18.....	180
NARRATIVAS DE ESTUDANTES SOBRE OS DIREITOS DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA	
Danielle Araújo Ferreira Marques Carmem Lúcia Sussel Mariano	
DOI 10.22533/at.ed.01320261018	
CAPÍTULO 19.....	189
SABERES NECESSÁRIOS PARA A PRÁTICA DOCENTE NA UNIVERSIDADE	
Eva Batista dos Santos Silva Gleici Simone Faneli do Nascimento Paulo Alberto dos Santos Vieira	

DOI 10.22533/at.ed.01320261019

CAPÍTULO 20..... 197

SABERES E PODERES: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO SOCIAL NA UEPB/GUARABIRA

Luciana Silva do Nascimento

Estevam Dedalus Pereira de Aguiar Mendes

João Matias de Oliveira Neto

DOI 10.22533/at.ed.01320261020

CAPÍTULO 21..... 210

ACESSO AO SUS POR PESSOAS TRANS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA A PARTIR NORMATIVA N°2.803/2013

Daniel da Silva Stack

DOI 10.22533/at.ed.01320261021

CAPÍTULO 22..... 222

“PARA ONDE FORAM AS ABELHAS”?: O ENSINO DE ECOLOGIA A PARTIR DO TEATRO DE DEDUCHES

Camila Oliveira Lourenço

Ana Flávia Santos

Antonio Fernandes Nascimento Junior

DOI 10.22533/at.ed.01320261022

SOBRE OS ORGANIZADORES 232

ÍNDICE REMISSIVO 233

CAPÍTULO 12

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATUAM EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Data de aceite: 01/10/2020

Edineide Rodrigues dos Santos
SEED-RR
orcid.org/0000-0002-4096-9671

Elizete Guedelha de Lima
SMEC-RR
<http://lattes.cnpq.br/70900366323426>

Rízia Maria Gomes Furtado
SEED-RR
<http://lattes.cnpq.br/0732480416492200>

RESUMO: A formação de professores é um tema atual, porém, quando se trata do professor que atua na Sala de Recursos Multifuncionais, nota-se que a temática é pouco abordada no meio acadêmico. O objetivo deste estudo é apresentar pesquisas desenvolvidas no período de 2015 a 2019 acerca da formação dos professores que atuam em Sala de Recursos Multifuncionais com o Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da inclusão. O estudo utilizou-se do método filosófico materialismo histórico-dialético alicerçado aos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica. Adotou-se pesquisa bibliográfica, com levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e na *Revista Brasileira de Educação Especial*, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Foi possível constatar que a temática formação de professores que atuam em Sala de Recursos Multifuncionais para o

Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da inclusão foi pouco enfatizada nos últimos cinco anos.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores, Sala de Recursos Multifuncionais, Atendimento Educacional Especializado.

1 | INTRODUÇÃO

A inclusão vem sendo discutida, estudada, analisada e almejada por pais, educandos, educadores, formadores e principalmente por pessoas caracterizadas com “deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996). No entanto, é importante ressaltar que o direito à inclusão é destinado a todas as pessoas.

Nesse contexto, entende-se que um dos grandes desafios do século XXI é o processo de inclusão, que por sua vez está relacionado a uma série de questões, entre elas a formação continuada dos professores da área de Educação Especial e Inclusiva, especificamente os que atuam em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e prestam serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 20 de abril de 1996, em seu artigo 62, parágrafo 1º, destaca: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério” (BRASIL, 1996).

Assim, observa-se que a formação é um direito dos profissionais da educação, inclusive dos professores que atuam em SRM.

Na esteira desse entendimento, objetivou-se aqui apresentar estudos desenvolvidos no período de 2015 a 2019 relacionados à formação dos professores que atuam em SRM na perspectiva da inclusão.

Este estudo teve como base a pedagogia histórico-crítica, teoria que destaca: “[...] a questão educacional é sempre referida ao problema do desenvolvimento social e das classes. A vinculação entre interesses populares e educação é explícita [...]” (SAVIANI, 2012, p. 83). É imperioso ressaltar, ainda, que a pedagogia histórico-crítica enfatiza a história do indivíduo, a sua realidade social, para então, a partir daí, responder aos problemas educacionais.

2 | EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A Educação Especial para efeitos de lei é “[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996). Além disso, a Educação Inclusiva é fundamentada na concepção dos direitos humanos, o que implica respeito à igualdade e à diferença rumo à equidade, tanto em âmbito escolar quanto fora dele (BRASIL, 2008).

Vale ressaltar que é um equívoco pensar que Educação Inclusiva e Educação Especial são processos sinônimos (CAMARGO, 2017). A Educação Inclusiva é destinada a todos os educandos, sejam eles caracterizados com ou sem deficiência, transtornos e/ou altas habilidades/superdotação, índios, negros, brancos, enfim, a diversidade.

Em relação à Educação Especial, a resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o AEE na educação básica, modalidade Educação Especial, em seu artigo 4º, considera o público-alvo dessa modalidade alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2009).

No entanto, a Educação Inclusiva não define um público específico, uma vez que é destinada a todos os estudantes. Entende-se que a Educação Inclusiva requer uma “[...] reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusivo [...], o que implica que [...] a diversidade deve não só ser aceita como desejada” (BRASIL, 2001).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 208, inciso III, estabelece que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Apesar de a Constituição não usar em seu texto especificamente referência às pessoas com transtornos globais do desenvolvimento e as com altas habilidades ou superdotação, entende-se que

esse direito também é destinado a elas.

O artigo 1º do decreto n. 7.611/2011 estabelece que o processo de escolarização do público-alvo da Educação Especial será efetivado conforme “[...] garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades” (BRASIL, 2011).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ressalta que a educação básica brasileira necessita promover uma formação que enfatize “o desenvolvimento humano global dos alunos”, pois assim poderão ser eles capazes de “[...] construir uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária. Isso significa orientar-se por uma concepção de Educação Integral” (BRASIL, 2018).

Desse modo, entende-se quão necessários são os investimentos na formação dos professores que atuam na SRM, considerando também que os estudantes têm direito ao AEE sendo ministrado por profissionais capacitados e especializados na área de Educação Especial. Além disso, entende-se que os serviços ofertados nesse espaço também devem ser realizados na perspectiva inclusiva.

3 | A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATUAM EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS SEGUNDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA

O objetivo desta seção é apresentar a produção acadêmica sobre a formação dos professores que atuam em SRM. Com esse intuito, realizou-se um levantamento sobre a temática mediante busca de trabalhos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na *Revista Brasileira de Educação Especial*, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE). O período definido para a busca dos trabalhos foi de 2015 a 2019.

A BDTD integra os sistemas de informação de dissertações e teses das instituições brasileiras, buscando estimular a pesquisa e a publicação de trabalhos em meio eletrônico. Nessa biblioteca, a comunidade científica tem a possibilidade de publicar e difundir o conhecimento.

A *Revista Brasileira de Educação Especial* é uma publicação trimestral da ABPEE, associação criada em 1993, na cidade do Rio de Janeiro. A revista objetiva a disseminação de conhecimento na área de Educação Especial publicando artigos, ensaios, artigos de revisão e resenhas. Em relação a esse periódico, buscaram-se para a pesquisa apenas artigos de revisão e relatos de pesquisa.

A opção por essas duas bases de dados se justifica por ambas admitirem pesquisas excelentes e de referência no campo da ciência. A seleção da *Revista Brasileira de Educação Especial* deu-se por ser a publicação mais renomada na área de Educação Especial no Brasil.

Na BDTD, utilizaram-se os descritores “formação”, “Sala de Recursos Multifuncionais”, “Atendimento Educacional Especializado”. Encontrou-se apenas uma dissertação de mestrado acerca da temática Educação Inclusiva, intitulada “Políticas de Educação Especial e inclusão escolar: as salas de recursos multifuncionais em Goiás” (SOUZA, 2017), a qual objetivou analisar as políticas do governo de Goiás recorrendo a falas das professoras das SRM no acervo do Observatório Goiano de Educação Especial envolvendo o período de 2011 a 2012.

Na pesquisa de Souza (2017), apresentada na Universidade Federal de Goiás, regional Catalão, região Centro-Oeste do país, os resultados apontaram que em Goiás, nos últimos dezessete anos, não houve políticas pensadas para a SRM, constatando-se, no entanto, que nos primeiros anos do século XXI foi lançado o Programa de Educação Especial para a Diversidade na Perspectiva Inclusiva (2002-2004) como projeto de tendência homogeneizadora de atendimentos às especificidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Souza (2017) ressaltou que os cursos ofertados nesse programa eram mediados por políticas de multiplicadores com transferência de metodologias e recursos.

Porém, com o encerramento do programa, houve uma redução dos cursos de formação continuada. A pesquisa mostrou que as maiores dificuldades dos professores estavam relacionadas à inexistência de espaço para o AEE e à insegurança desses profissionais, considerando a falta de formação na área de Educação Especial. As evidências mostraram que o diagnóstico clínico era o requisito para o AEE na SRM.

Na *Revista Brasileira de Educação Especial* foram encontrados 38 trabalhos de revisão, mas nenhum deles relacionado à temática. Já nos relatos de pesquisa, dos 137 trabalhos localizados, 5 apresentavam relação com o AEE ou SRM. São eles: “Reconfiguração da educação especial: análise da constituição de um Centro de Atendimento Educacional Especializado”, de Batista e Viegas (2016); “Encaminhamento e perfil do público-alvo da Educação Especial de uma sala de recursos multifuncionais: estudo de caso”, desenvolvido por Oliveira e Manzini (2016); “Processo de construção de recurso de tecnologia assistiva para aluno com paralisia cerebral em sala de recursos multifuncionais”, de Fachinetti, Gonçalves e Lourenço (2017); “Atendimento Educacional Especializado: reflexões sobre a demanda de alunos matriculados e a oferta de salas de recursos multifuncionais na rede municipal de Manaus/AM, de Santos et al. (2017) e “Jogos digitais e aprimoramento do controle inibitório: um estudo com crianças do Atendimento Educacional Especializado”, de Ramos e Garcia (2019).

O relato de pesquisa de Batista e Viegas (2016) fundamentou-se na análise documental acerca da reconfiguração das proposições entre Educação Especial e educação regular de educandos caracterizados com deficiência em um Centro de Atendimento Educacional Especializado. A pesquisa mostrou que a reconfiguração da Educação Especial nesse espaço foi estruturada considerando a obrigatoriedade da dupla matrícula, o que

resultou na transformação da escola especial em um Centro de Atendimento Educacional Especializado.

Já o estudo de Oliveira e Manzini (2016) evidenciou que a realidade de uma escola de ensino fundamental da rede de educação municipal de uma cidade do interior paulista não condizia com o que regula a legislação acerca do público-alvo que deve ser atendido na SRM. Nessa pesquisa foi constatado que havia outros estudantes sendo atendidos nesse espaço, entre os quais se podem citar educandos com dificuldade de aprendizagem, problemas de comportamento e de reforço escolar.

Fachinetti, Gonçalves e Lourenço (2016) constataram em sua pesquisa a eficácia da tecnologia assistiva no desenvolvido do AEE destinado aos educandos caracterizados com paralisia cerebral. Foi possível também verificar que a professora que atuava na SRM possuía formação para utilizar a tecnologia assistiva, porém não aplicava tal recurso em sua ação pedagógica. Contudo, o objetivo do referido trabalho “era implementar e avaliar um recurso de tecnologia assistiva para um aluno com paralisia cerebral de forma colaborativa com a professora da Sala de Recursos Multifuncionais, por meio do fluxograma apresentado na literatura”, o que promoveu o processo formativo da professora sobre o uso da tecnologia assistiva, trazendo conhecimentos teóricos e práticos para a sua ação pedagógica (FACHINETTI; GONÇALVES; LOURENÇO, 2016, p. 1).

O estudo de Santos et al. (2017) denunciou que o número de SRM implementadas na rede municipal de ensino de Manaus, Amazonas, no período de 2014 a 2016, mostrou-se insatisfatório para atender à demanda dos educandos matriculados nas escolas. A pesquisa denunciou um déficit de 30 sem, salientando que se faz necessário que a Secretaria Municipal de Ensino replaneje ações para a implementação de novos espaços para o AEE.

De outro modo, o relato de pesquisa de Ramos e Garcia (2019) deixou evidente que os jogos digitais podem ser utilizados como recursos no AEE, pois foi verificado que nas atividades lúdicas os educandos revelaram maior assertividade, controle das ações e desempenho. Constatou-se também que os jogos aprimoravam as funções executivas e contribuía para a aprendizagem no contexto escolar.

No entanto, notou-se que apenas o estudo de Souza (2017) ressaltou sobre a formação dos professores que atuam em SRM. Já em relação aos 5 relatos de pesquisa, constatou-se que nenhum retratou especificamente sobre a temática da formação dos professores que atuam em SRM, mas elaboraram abordagens sobre AEE e SRM. Sobretudo, os estudos não mencionaram sobre o AEE na perspectiva da inclusão, o que remete a compreensão de quão urgente é abordar a temática em questão.

4 | A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATUAM EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COM ÊNFASE NA INCLUSÃO

A formação de professores é um tema atual, que deve ser debatido, discutido e aprimorado por professores, acadêmicos e pesquisadores que pretendem obter conhecimentos teóricos e práticos sobre a temática. Contudo, quando se trata da formação dos professores para o AEE, observou-se, mediante a investigação feita, que nos últimos cinco anos pouco se abordou sobre o assunto. Nesse contexto, pretende-se nesta seção discutir sobre a formação dos professores que atuam em SRM e o AEE, com ênfase na inclusão.

De acordo com a resolução CNE/CEB n. 4/2009 (BRASIL, 2009), artigo 12, o professor que irá atuar no AEE deverá ter “formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial”. Para Santos (2018, p. 84):

Torna-se fundamental que os professores sejam capacitados e especializados na modalidade, sendo contemplados com a oportunidade de participar de cursos em nível de graduação, especialização, mestrado, doutorado, e que seja possibilitada a eles a participação em seminários, eventos, encontros, grupos de estudos, palestras, oficinas. Acredita-se que essas são medidas que poderão contribuir para a eficácia do processo de escolarização do público-alvo da Educação Especial [...].

A resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001), que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, contempla em seu artigo 18:

§ 1º são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial [...]

§ 2º são considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Por isso a necessidade de se pensar e ofertar formação aos professores que atuam em SRM no sentido amplo, o que possibilitará uma capacitação e especialização mais consistentes, fazendo-os conscientes para a sua ação pedagógica. Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) destaca que o ensino deverá:

[...] garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular, assegurando entre outras questões [...] formação de professores para atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão escolar [...].

Entende-se que mediante a formação dos professores há maiores possibilidades de ofertar aos educandos o serviço de AEE na perspectiva da inclusão. A LDBEN (BRASIL, 1996), a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a resolução CNE/CEB n. 4 (BRASIL, 2009) estabelecem a formação dos professores como um direito, portanto deve ser efetivado.

A LDBEN define em seu artigo 59 que é direito do público-alvo da Educação Especial que os sistemas de ensino assegurem aos estudantes: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns [...]” (BRASIL, 1996).

Acredita-se que a formação dos professores que atuam em SRM é um dos caminhos para que a inclusão seja efetivada, e, sendo assim, os sistemas de ensino devem ofertar aos professores a formação continuada, considerando que esses profissionais necessitam ter conhecimentos teóricos e práticos suficientes para a ação pedagógica, uma vez que atendem a um público diversificado, com necessidades específicas, limitações, habilidades e dotações que precisam ser valorizadas e respeitadas.

O artigo 13 da resolução CNE/CEB n. 4/2009 (BRASIL, 2009) deixa evidente quão diversas são as atribuições do professor que atua em SRM:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Observa-se quão necessário é a formação dos professores que atuam em SRM para o desenvolvimento do AEE, e quando se tem como foco a inclusão o desafio é maior. Todavia, cabe aos sistemas de ensino a formação continuada dos profissionais da educação, inclusive a do professor que atua na SRM, pois assim poderão ofertar aos estudantes que frequentam esse espaço um atendimento educacional conforme suas reais necessidades e possibilidades. Isso implica que o Estado deve oferecer formação aos professores, para só assim propiciar aos educandos “o acesso, a permanência e a aprendizagem” (SANTOS 2018).

O professor que atua na SRM tem como uma de suas funções produzir recursos educativos de acordo com as necessidades dos educandos caracterizados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. De acordo com o decreto n. 7.611 (BRASIL, 2011), em seu parágrafo 1º, o AEE é “[...] o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente [...]”. O decreto evidencia que o AEE deve ser prestado para:

I – complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais;

II – ou suplementar a formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011)

O AEE não deve ser desenvolvido apenas para complementar e suplementar a aprendizagem dos educandos, mas também na perspectiva inclusiva, e isso implica que o professor trabalhe de forma articulada com os demais profissionais da escola, tais como o professor de sala de aula regular, professor de apoio, cuidador.

No entanto, a resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, modalidade Educação Especial, em seu artigo 4º, define que o público-alvo da Educação Especial são os alunos caracterizados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2009). Santos et al. (2017, p. 420) destacaram em sua pesquisa:

[...] tão somente inserir o aluno com necessidades educacionais especiais em classes comuns não garante uma prática inclusiva de ensino, é importante investigar a qualidade do atendimento prestado e as características das relações que ocorre no interior da escola e em seu entorno.

Nesse sentido, para que o AEE seja desenvolvido na perspectiva inclusiva, as escolas precisam ser reestruturadas e adequadas às necessidades dos educandos, permitindo a eles condições de acesso, permanência e aprendizagem no âmbito escolar, inclusive na SRM.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa pesquisa evidenciaram a existência de apenas um trabalho que tratou a respeito da formação dos professores que atuam na SRM para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) (SOUZA, 2017), porém não abordou sobre o serviço do AEE na perspectiva da inclusão. No total, então, foram encontrados 6 estudos com relevância significativa sobre a Sala de Recursos Multifuncionais(SRM) e o AEE, com destaque para a dissertação de Souza (2017), e os outros 5 relatos de pesquisa: Batista e Viegas (2016); Oliveira e Manzini (2016); Fachinetti, Gonçalves e Lourenço (2016); Santos et al. (2017); Ramos e Garcia (2019). Apesar de estes últimos não terem enfatizado especificamente sobre a formação dos professores que atuam em SRM para o AEE na perspectiva da inclusão, trouxeram subsídios teóricos para esta pesquisa.

Ressalta-se que o número de estudos encontrados ainda é considerado pouco, porém os trabalhos elaborados apresentam uma relevância significativa para a produção acadêmica, sendo encontrados em ambiente de renomado teor científico como a BDTD e a *Revista Brasileira de Educação Especial*.

A pesquisa de Souza (2017) apontou que nos últimos dezessete anos não houve políticas pensadas para a SRM, que no início do século XXI foi lançado o Programa de Educação Especial para a Diversidade na Perspectiva Inclusiva (2002-2004), voltado para o atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial, porém com cunho homogeneizador, mas com o término do programa foram reduzidos os cursos de formação continuada. A autora destacou ainda que os maiores desafios dos professores que atuavam em SRM estavam relacionados à inexistência de espaço para o AEE, além da insegurança dos professores em razão da falta de formação na área de Educação Especial.

Constatou-se nos estudos aqui apresentados, que a temática acerca da formação dos professores que atuam na SRM para o AEE na perspectiva da inclusão só foi discutida por Souza (2017), porém os estudos de Ramos e Garcia (2019), Santos et al. (2017), Fachinetti, Gonçalves e Lourenço (2016) sinalizaram para a melhoria da disponibilidade e estrutura das SRM, para o desenvolvimento do AEE e para a almejada inclusão, considerando que essas pesquisas foram desenvolvidas em âmbito escolar.

Apesar de a maioria dos estudos encontrados não ter enfatizado sobre a formação dos professores que atuam na SRM para o AEE na perspectiva da inclusão, foi possível constatar que existem diversos entraves no desenvolvimento do AEE, entre eles podem-se citar a não disponibilidade e estrutura das SRM, o não uso de tecnologia assistiva pelos professores, mesmo daqueles com formação para sua aplicação, a insegurança dos professores em virtude da falta de formação na área de Educação Especial e a diversidade de educandos atendidos na SRM, o que contraria a resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, que estabelece qual público deve ser atendido nesse espaço.

Diante dos achados, evidenciou-se que a formação dos professores que atuam em SRM não é o único embaraço para o desenvolvimento do AEE na perspectiva da inclusão, pois, infelizmente, há outros aspectos que influenciam na realização do AEE que necessitam ser estudados, debatidos e divulgados no meio científico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 1996.

_____. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 2009. Seção 1, p. 17. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#!/site/inicio>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BATISTA, C. R.; VIEGAS, L. T. Reconfiguração da educação especial: análise da constituição de um centro de atendimento educacional. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 3, p. 429-442, jul./set. 2016.

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001>. Acesso em: 31 maio 2019.

FACHINETTI, T. A.; GONÇALVES, A. G.; LOURENÇO, G. F. Processo de construção de recurso de tecnologia assistiva para aluno com paralisia cerebral em sala de recursos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 4, p. 547-562, out./dez. 2017.

OLIVEIRA, C. C. B.; MANZINI, E. J. Encaminhamento e perfil do público-alvo da educação especial de uma sala de recursos multifuncionais: estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 4, p. 559-576, out./dez. 2016.

RAMOS, D. K.; GARCIA, F. A. Jogos digitais e aprimoramento do controle inibitório: um estudo com crianças do Atendimento Educacional Especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 37-54, jan./mar. 2019.

SANTOS, J. O. L. et al. Atendimento Educacional Especializado: reflexões sobre a demanda de alunos matriculados e a oferta de salas de recursos multifuncionais na rede municipal de Manaus/AM. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 3, p. 409-422, jul./set. 2017.

SANTOS, E. R. **A escolarização do público-alvo da Educação Especial nas escolas estaduais da educação do campo no município de Boa Vista, RR**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, 2018.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SOUZA, E. V. A. **Políticas de Educação Especial e inclusão escolar**: as salas de recursos multifuncionais em Goiás. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

PENIDO, A. Base Nacional Comum Curricular na prática: aprenda tudo sobre as competências gerais. **Revista Nova Escola**, 2018. Disponível em: <<https://bncc.novaescola.org.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abelhas 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Aprendizagem Interdisciplinar 148

Assistencialismo 14

Atendimento Educacional Especializado 28, 29, 31, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135

Autonomia 18, 21, 27, 45, 48, 53, 55, 63, 72, 107, 123, 132, 170, 195, 213, 218, 219

C

Cidadania 16, 30, 43, 44, 52, 55, 58, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 172, 174, 181, 182, 217, 220

Coletividade 45, 120, 136, 192

Coronavírus 1, 3, 5, 11, 12, 13, 15, 18, 26

CTS 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52

D

Desenvolvimento Humano 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 106, 127, 173, 183

Desenvolvimento Sustentável 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123

Diálogo 10, 41, 49, 83, 102, 121, 136, 138, 139, 140, 143, 145, 149, 150, 151, 179, 185, 193, 194, 195, 205, 225, 229

Direito 5, 17, 21, 26, 28, 53, 54, 55, 57, 58, 63, 64, 67, 102, 117, 125, 126, 127, 131, 140, 151, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 180, 198, 200, 205, 211, 214, 218

Docência Universitária 189, 196

Documento Referência Curricular 101, 102, 103, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113

E

Ecologia de Saberes 197, 198, 203, 205, 206, 209

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 81, 85, 87, 88, 89, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 211, 219, 223, 225, 230, 231, 232

Educação Ambiental 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 144, 232

Educação do Campo 135, 136, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 147
Educação Inclusiva 28, 31, 126, 128, 130, 131, 134, 135, 172, 175, 176, 177, 178, 179
Educação Infantil 27, 30, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179
Educação Profissional 41, 47, 48, 49, 50, 142, 149
Empoderamento 80, 197, 202
Ensino-Aprendizagem 4, 10, 88, 90, 98, 100, 153, 180, 185, 190, 223, 229
Ensino de Ecologia 222, 230
Ensino Remoto 1, 4, 5, 11, 15, 18, 22, 24
Ensino Superior 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 61, 62, 63, 65, 67, 73, 158, 160, 161, 189, 190, 191, 195, 196, 203, 232
Equilíbrio Ecológico 222, 224, 225, 229
Espaço Educativo 46, 51, 79

F

Formação Básica 6, 56, 148
Formação Continuada 6, 41, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 112, 113, 114, 125, 128, 131, 132, 133, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 167
Formação de Professores 4, 5, 41, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 72, 73, 77, 90, 112, 114, 125, 130, 131, 140, 189, 193, 195, 196, 197, 201, 202, 203, 232
Formação Docente 62, 99, 104, 136, 138, 146, 163, 189, 194, 196, 207, 231
Formação Humanística 41, 43, 45, 46, 47, 50, 51, 162
Formação Técnica 148, 150, 182

G

Gênero 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 180, 182, 189, 204, 210, 211, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221
Gestão Escolar 1, 6, 10, 13, 140, 172, 175, 176, 177, 179

I

Identidade 37, 78, 81, 136, 139, 140, 142, 145, 146, 153, 166, 168, 173, 175, 200, 201, 202, 208, 211, 214, 216, 217, 219, 220, 221
Inclusão 14, 16, 17, 18, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 77, 80, 87, 94, 95, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 148, 151, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 219
Indígena 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 200
Integração Curricular 148

Interculturalidade 53, 58, 63, 64

J

Juventude 180, 187, 188

M

Medicina 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 205, 210, 211, 220

Mercado de Trabalho 15, 16, 24, 50, 79, 80, 86, 105

N

Narrativa 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40

O

Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 115, 120

P

Pandemia 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 23, 24, 26

Participação 8, 29, 30, 42, 49, 50, 52, 67, 71, 72, 74, 82, 83, 86, 94, 98, 121, 130, 131, 132, 136, 139, 140, 149, 152, 157, 176, 180, 182, 184, 185, 186, 187, 195, 198, 229

Pessoa com Deficiência 27, 175, 179

Políticas Públicas 10, 14, 15, 16, 17, 21, 25, 42, 56, 73, 101, 102, 103, 105, 106, 112, 114, 116, 146, 174, 175, 176, 177, 195, 210, 216, 219, 221

Pragmática 32, 33, 37, 38, 39, 40

R

Reconhecimento 15, 23, 46, 50, 51, 54, 55, 56, 73, 74, 76, 112, 143, 165, 181, 204, 210, 218, 220

Representações Sociais 78, 154, 155, 156, 157, 158, 163

S

Sala de Recursos Multifuncionais 125, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135

Sexualidade 79, 81, 82, 83, 84, 86, 211, 214, 217, 219, 220

Sistema Único de Saúde 210, 211, 212, 220, 221

Sujeitos Políticos 180, 187

T

Teatro de Dedoche 222, 230

Tecnologia 1, 3, 4, 10, 11, 15, 32, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 128, 129, 132, 134, 135, 148, 198, 232

Teoria Histórico-Cultural 88, 89, 90

Trabalho Docente 17, 90, 114, 176, 189

Transexualidade 210, 211, 213, 216, 217, 220, 221

Tutoria 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163

U

Universidade 1, 3, 12, 14, 16, 17, 19, 25, 32, 40, 52, 59, 62, 64, 74, 76, 77, 78, 79, 88, 115, 128, 135, 146, 154, 155, 156, 158, 172, 178, 179, 180, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 207, 208, 209, 220, 222, 225, 230, 232

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no
Brasil**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no
Brasil**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020